

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano IX, nº 33 – SETEMBRO / 2011

ISSN 1980-6310

APOIO:



O cenário da cultura nas cidades do petróleo

Artigo analisa como cidades do norte fluminense, maiores receptoras de royalties no País, investem recursos na área cultural. De cinco municípios analisados, o único que demonstra preocupação com os equipamentos públicos de cultura é Quissamã, mas com ressalvas. O pior quadro foi encontrado em Campos dos Goytacazes.

PÁGINAS 5 A 8



ARTIGOS

A Ompetro dez anos depois

Artigo mostra resultado de análise nas atas das reuniões da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo durante a sua primeira década. Ideia de criação de um fundo intermunicipal não foi adiante em razão da competição entre as cidades. Maiores esforços são pela defesa das regras atuais dos royalties do petróleo.

PÁGINAS 9 A 11

MATÉRIA DO BPRR

Os pobres das cidades ricas

Seminário em Macaé reúne especialistas em royalties e impactos do petróleo para expor a parlamentares, integrantes da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, resultados de estudos sobre a realidade social de municípios produtores confrontantes com a Bacia de Campos.

PÁGINAS 2 A 4

MATÉRIA DO BOLETIM REGISTRA A REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO SOBRE ROYALTIES DO PETRÓLEO, EM MACAÉ, COM A PRESENÇA DE PARLAMENTARES DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. ESPECIALISTAS APRESENTARAM ESTUDOS SOBRE IMPACTOS DOS ROYALTIES E DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM CIDADES DA BACIA DE CAMPOS

■ MATÉRIA DO BPRR ■

Royalties não promoveram justiça social

Parlamentares ouvem de especialistas, em seminário sobre royalties e impactos do petróleo, relatos sobre a realidade de cidades confrontantes com a Bacia de Campos

LUIZ BISPO / ASCOM SINDIPETRO-NF

Vitor Menezes

Acostumados a falar, parlamentares se dispuseram a ouvir, por quase duas horas, exposições de especialistas em royalties e impactos da indústria do petróleo na Bacia de Campos. Integrantes da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, eles participaram do I Seminário sobre Royalties do Petróleo em Macaé, em 14 de setembro, no Teatro do Sindipetro-NF (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense).

Organizado pelo mandato do deputado federal Aluizio dos Santos (PV-RJ), o Dr. Aluizio, o evento teve como objetivo apresentar para a sociedade e para os deputados resultados de estudos universitários recentes sobre royalties do petróleo e sobre os municípios produtores. Estiveram no seminário, que acabou por assumir um caráter de audiência pública, além do parlamentar do PV, os deputados Onofre Agustini (DEM-SC), Marcelo Matos (PDT-RJ), Paulo Feijó (PR-RJ), Luis Alberto (PT-BA) e Adrian Mussi (PMDB-RJ).

Para apresentar estudos, foram convidados pesquisadores da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), da UFF (Universidade Federal Fluminense), do IFF (Instituto Federal Fluminense) e da Ucam (Universidade Candido Mendes). As instituições foram representadas por Rosélia Piquet, doutora em Teoria Econômica pela UFRJ; José Luiz Vianna da Cruz, doutor em Planejamento



SEMINÁRIO SOBRE ROYALTIES EM MACAÉ REUNIU ESPECIALISTAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA FEDERAL

Urbano e Regional pela UFRJ; Denise Terra Tavares, doutora em Geografia pela UFRJ; Ricardo Cesar Rocha, mestre em Ciência Política pela UFF; Teresa de Jesus Peixoto Faria, doutora em Estudos Urbanos pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales; e Micheli Rocha Cordeiro, mestre em Engenharia Ambiental pelo IFF.

Exposições dos especialistas

A pesquisadora Rosélia Piquet demonstrou que há diferenças consideráveis quando se abordam os impactos da indústria do petróleo em escalas mundiais ou nacionais, quando comparados com os

impactos locais. Enquanto no primeiro caso as maiores preocupações se dão em relação às tensões geopolíticas do petróleo, com guerras e conflitos e, por isso, com mais visibilidade, as consequências locais para as populações das cidades que abrigam instalações produtoras são menos discutidas e evidenciadas.

“As áreas produtoras, as áreas que recebem impactos, são vistas apenas como espaços de extração de riquezas, são pouco analisadas”, ponderou a pesquisadora.

O fato de a indústria do petróleo ser a mais lucrativa do mundo, e despertar pesados investimentos tecnológicos, também contribui para colocar em segundo plano os seus

efeitos nocivos no plano local. São mais conhecidas e debatidas as preocupações macroeconômicas que envolvem a atividade, entre elas a que

IMPACTOS LOCAIS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO SÃO MENOS ANALISADOS QUE OS NACIONAIS

envolve o dualismo clássico entre ter-se o petróleo como agente do desenvolvimento ou como enclave para este desenvolvimento. No segundo caso, são exemplos reiterados as experiências da Nigéria e

de Angola, que não se livraram da chamada “maldição dos recursos minerais”, que tem demonstrado punir os países subdesenvolvidos agraciados com a riqueza do petróleo.

O Brasil, segundo Piquet, se tornou uma exceção em razão das particularidades da formação da sua indústria do petróleo. O modelo que, desde o início da criação da Petrobras, nos anos 50, optou pelo monopólio estatal da exploração e produção, acabou

HISTÓRIA DO SETOR NO BRASIL ACABOU POR GARANTIR EMPREGOS PARA OS BRASILEIROS

por proteger o País de uma ação estrangeira que se mostrou devastadora em outros países. Diferentemente do que ocorreu nos países africanos, foi possível, por exemplo, garantir no Brasil que o petróleo gerasse emprego para os brasileiros, como continua sendo na grande maioria dos casos até hoje.

Mas, se sob o ponto de vista nacional o petróleo tem feito bem ao Brasil, os pouco discutidos impactos locais precisam ser melhor avaliados. Se, por um lado, há benefícios com pagamento de royalties e participações, a ampliação na oferta de trabalho e melhoria na oferta de serviços, por outro lado há, como lembrou Piquet, crescimento populacional em decorrência da busca pelo emprego e acentuada reorganização territorial e política das regiões produtoras.

Para o pesquisador José Luiz Viana da Cruz, a conta destes impactos não pode ser paga apenas pelos municípios atingidos. Em sua participação no seminário, ele advertiu que os efeitos sociais da indústria do petróleo não podem ser vistos somente como proble-

mas locais.

“Não dá para jogar o peso nos municípios e nos prefeitos de enfrentar as consequências de decisões que são mundiais, que desordenam completamente o local e apontam para um futuro incerto se não houver planejamento das políticas públicas de âmbito regional”, disse Cruz, advertindo que, atualmente, com os investimentos em curso, todo o litoral do Espírito Santo e do Rio de Janeiro devem ser pensados em conjunto, tornando-se, portanto, um assunto de interesse nacional.

Ele lembrou que, somente no norte fluminense, além da indústria petrolífera em operação, estão sendo criados dois outros pólos industriais na retroárea do Porto do Açu, no município de São João da Barra, e no Complexo de Barra do Furado, entre os municípios de Quissamã e Campos dos Goytacazes. Iniciativas como estas trarão impactos que as cidades atingidas poderão não estar preparadas para suportar. Em São João da Barra, a previsão é de que a população salte dos atuais 35 mil para 250 mil em dez anos, e Campos pode saltar de 467 mil para 750 mil habitantes no mesmo período.

“Quero chamar a atenção para um aspecto político: é preciso que haja responsabilidade política na Nação com esta região”, disse o pesquisador.

O sentido dos royalties

O conceito de royalty foi lembrado pela pesquisadora Denise Terra, coordenadora do Boletim Petróleo, Royalties & Região, para resgatar o seu caráter de instrumento de promoção de justiça intergeracional. Segundo ela, o que justifica o seu pagamento não é o impacto industrial nos locais de produção, até porque há municípios pouco impactados, como Campos

dos Goytacazes, que recebem grandes volumes de recursos (quando, na região, os maiores impactos sociais são verificados em Macaé). O que justifica o pagamento de royalties é o caráter finito do bem mineral, que torna transitória a atividade econômica do petróleo.

Ela defende a observância de uma função ética para os royalties, que deveriam ser aplicados para proteger as futuras gerações dos efeitos nocivos da queda acentuada da atividade econômica na região, que se dará quando o petróleo acabar.

“Nos municípios estão sendo imobilizados capitais que deixarão de ter função quando a indústria do petróleo acabar. Estruturas industriais, equipamentos de infraestrutura e escritórios, tudo isso deixará de existir”, disse.

No plano nacional, uma função ética para os royalties poderia ser, segundo Terra, o investimento destes recursos na pesquisa de fontes alternativas de energia, reduzindo a dependência do petróleo e deixando um bom legado para as gerações futuras. Atualmente, ao contrário disso, o próprio Ministério de Minas e Energia destina recursos dos royalties para pesquisas dentro da própria matriz do petróleo.

Defendendo a inadequação de se alterarem as regras nos repasses de modo abrupto,

O QUE JUSTIFICA O PAGAMENTO DE ROYALTY É O CARÁTER FINITO DA RECEITA

em razão dos efeitos nocivos que se abateriam sobre os atuais municípios recebedores, Denise Terra, no entanto, defendeu alguns princípios que deveria nortear eventuais mudanças na legislação sobre

os royalties, enumerando as sugestões de que seja criado um critério econômico para o repasse, não só de confrontação geográfica como o atual; que seja verificado o real impacto da economia do petróleo nos municípios, para que haja distribuição de acordo com o impacto das instalações nos municípios; que se estabeleça uma vinculação mais específica para a utilização dos recursos e que, finalmente, existam mecanismos de controle social

ESPECIALISTAS DEFENDEM RECEITA VINCULADA E MAIS FISCALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO

da aplicação dos recursos.

Impactos em Macaé

Estudos mais específicos sobre os impactos sociais da indústria do petróleo em Macaé foram apresentados no seminário pelos pesquisadores Teresa de Jesus Peixoto, Ricardo Cesar Rocha e Micheli Rocha Cordeiro.

Peixoto apresentou dados que demonstram a expansão acelerada de Macaé desde a implantação da indústria do petróleo, com registros de percentuais mais elevados em direção à região norte, onde estão os bairros mais pobres. Em alguns casos, não tem restado outra alternativa aos moradores a não ser avançar sobre áreas de proteção ambiental, gerando conflitos entre a demanda por habitação e as políticas de preservação do ambiente.

A pesquisadora mostrou que um dos bairros mais pobres do município, o Nova Holanda, é um exemplo desse conflito entre demanda por moradia e necessidade de proteção ambiental. A comunidade, ao mesmo tempo em que é

continuação da página 3

vítima das condições sociais precárias, acaba também por ser apontada como responsável por danos à natureza, sem que o poder público consiga resolver o impasse.

Números do crescimento populacional e da segregação socioespacial em Macaé foram apresentados também por Rocha. Juntando as populações das atuais Macaé, Quissamã e Carapebus, vizinhos que formavam um só município até as emancipações recentes dos dois últimos, verifica-se que, da implantação da indústria

CRESCIMENTO ACENTUADO E SEGREGAÇÃO NAS CIDADES DO PETRÓLEO

do petróleo na região na década de 1970 até o ano 2000, ocorreu um crescimento populacional de 53%. Somente na última década, de 2000 a 2010, o crescimento populacional neste mesmo conjunto de municípios foi de 55%.

Em Macaé, enquanto áreas nobres cresceram, em média, 43% na última década, nas áreas mais pobres o crescimento atingiu 105% no bairro

da Ajuda e de 182% no bairro Lagomar, de acordo com dados do programa Macaé Cidadão, da Prefeitura de Macaé, reunidos pelo pesquisador.

Este adensamento populacional na região também pode ser exemplificado pelo caso do município de Rio das Ostras, outro vizinho de Macaé, que, atualmente, se tornou praticamente uma cidade dormitório da mão-de-obra que atua no setor petróleo. No ano 2000, a cidade contava com 36 mil habitantes. Em 2010 registrava 105 mil habitantes. Tirando o caso particular da cidade de Balbinos, em São Paulo, que foi considerada a que teve o maior crescimento proporcional de acordo com o último censo do IBGE, mas em função da criação de presídios que duplicaram a população, é de Rio das Ostras o maior crescimento percentual do País.

O pesquisador também apresentou dados que mostram as condições desfavoráveis dos bairros mais pobres, claramente segregados em relação aos mais ricos, com acentuadas distâncias de renda, menor acesso à educação e maior incidência de casos de violência.

Assim como outros participantes do evento, ele defendeu que recursos dos royalties sejam utilizados para amenizar

os efeitos prejudiciais da atividade industrial do petróleo, além de cumprir a função de promover justiça intergeracional e de ter a sua aplicação fiscalizada com mecanismos que ofereçam maior transparência e controle social.

“Tem que haver transparência na prestação de contas, hoje é possível fazer isso com muito detalhamento, com a

BAIRROS POBRES DE MACAÉ NÃO CONTAM COM FORNECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇO DE SANEAMENTO

população acompanhando a destinação de cada centavo dos royalties, a sociedade precisa controlar”, defendeu.

Responsável pela última apresentação da área acadêmica no evento, a pesquisadora Micheli Rocha mostrou imagens e dados de pesquisa empreendida pelo Instituto Federal Fluminense em Macaé sobre as condições ambientais de bairros carentes do município. Foram abrangidas as comunidades de Nova Holanda, Nova Esperança, Águas Maravilhosas e Lagomar.

Ela chamou a atenção para a precariedade das condições do solo, onde havia um aterro sanitário, e para a ausência de fornecimento de água e de saneamento. Na quase totalidade dos imóveis a água potável é extraída de poços e os rejeitos são destinados a fossas nas próprias residências. Pesquisadores encontraram elevada contaminação por coliformes fecais durante três meses de levantamento nas comunidades.

Subsídios para a ação parlamentar

De acordo com o deputado Dr. Aluizio, as informações apresentadas pelos especialistas vão servir de subsídios para ação dos parlamentares na Comissão de Minas e Energia. A previsão é a de que, em outubro, seja votada na Câmara Federal proposta de alteração na forma de distribuição dos royalties do petróleo.

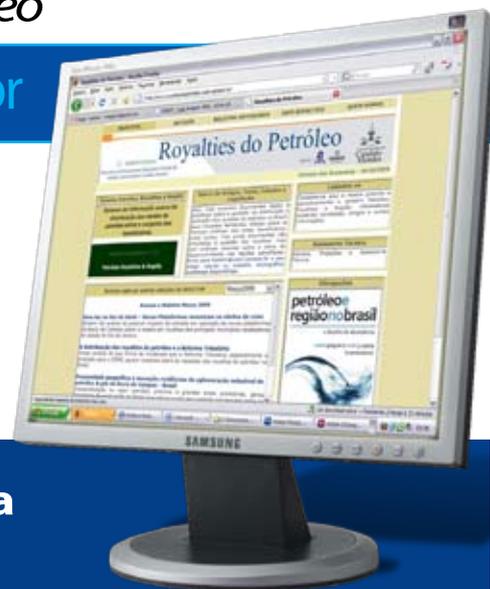
Além da participação no seminário, os deputados participaram, na sede da Petrobrás em Macaé, de exposição da empresa sobre o plano de negócios da companhia, que prevê investimentos de US\$ 224,7 bilhões, cerca de R\$ 389 bilhões, em 688 projetos em todo o País até 2015.

*Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação
do site Royalties do Petróleo*

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas
- **INFOROYALTIES**

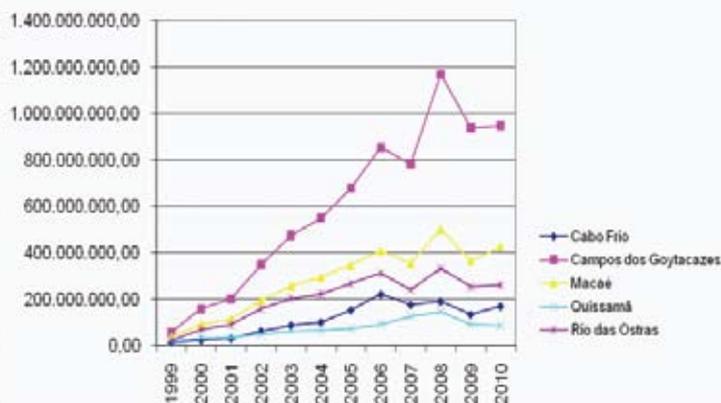
**Você também pode enviar o seu artigo para
boletim@ucam-campos.br**



Continuação da página 5

GRÁFICO 1 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

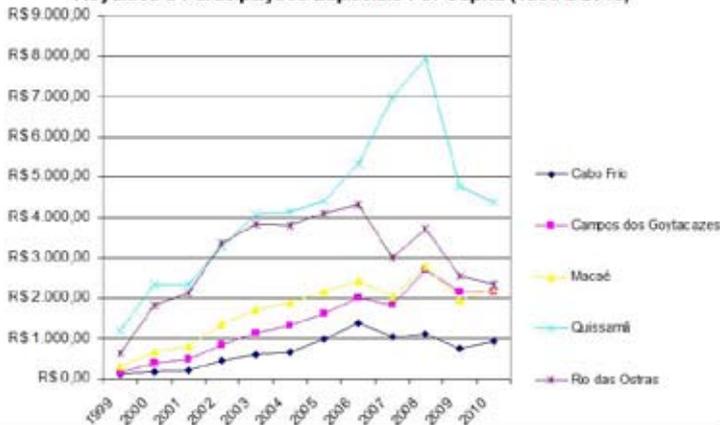
Royalties e Participações Especiais (Valor Corrente)



Fonte: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

GRÁFICO 2 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS PER CAPITA

Royalties e Participações Especiais Per Capita (1999 a 2010)



Fonte: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

TABELA 1 – POPULAÇÃO

	2000	2010
Cabo Frio	126.828	186.222
Campos dos Goytacazes	406.989	463.545
Macaé	132.461	206.748
Quissamã	13.674	20.244
Rio das Ostras	36.419	105.757

Fonte: Censos 2000 e 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

TABELA 2 – RECEITA TOTAL E INVESTIMENTOS EM CULTURA: MACAÉ

MACAÉ		
Ano de Exercício	Receita Total	Fundação Macaé de Cultura
1999	ND	ND
2000	162.905.167,95	ND
2001	229.711.487,48	ND
2002	343.006.233,04	1.610.000,00
2003	485.797.716,25	ND
2004	564.641.713,50	ND
2005	664.269.079,66	2.395.305,85
2006	801.082.699,30	5.049.262,72
2007	885.569.712,96	ND
2008	1.150.731.986,70	ND
2009	1.113.363.121,61	ND

Obs.: ND (Não declarado no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro).

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TABELA 3-RECEITA E INVESTIMENTOS EM CULTURA: RIO DAS OSTRAS

RIO DAS OSTRAS		
Ano de Exercício	Receita Total	Fundação Rio das Ostras de Cultura
1999	36.250.322,00	200.000,00
2000	INDISPONÍVEL	INDISPONÍVEL
2001	140.205.440,12	ND
2002	213.247.532,96	ND
2003	319.936.889,52	5.906.000,00
2004	332.373.165,92	7.936.000,00
2005	371.817.436,35	5.716.375,25
2006	438.369.693,82	4.422.940,53
2007	359.310.777,01	5.333.200,48
2008	395.985.982,56	ND
2009	INDISPONÍVEL	INDISPONÍVEL

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2011.

TABELA 4 – RECEITA DO MUNICÍPIO CAMPOS DOS GOYTACAZES E ORÇAMENTO INVESTIDO EM CULTURA

CAMPOS DOS GOYTACAZES					
Ano de Exercício	Orçamento Inicial	Receita Total	FCJOL	Fundação Teatro Trianon	Fundação. Zumbi dos Palmares
1999*	95.000.000,00	ND	ND	ND	ND
2000	144.160.000,00	271.636.444,56	ND	ND	ND
2001*	228.925.100,00	ND	ND	ND	ND
2002*	434.257.950,00	ND	ND	ND	ND
2003	450.342.466,00	559.342.466,00	1.557.000,00	9.215.000,00	140.000,00
2004	600.000.000,00	818.195.414,45	1.863.500,00	9.275.500,00	300.000,00
2005	802.016.822,07	1.028.477.260,83	ND	ND	ND
2006	919.958.351,42	1.249.186.088,91	4.648.307,43	9.713.507,81	516.102,17
2007	1.165.485.395,78	ND	992.187,00	7.401.151,94	1.363.417,00
2008*	1.452.184.172,00	ND	5.625.005,00	5.338.470,00	1.147.328,00
2009	1.545.075.126,00	1.423.568.588,12	5.927.532,00	4.975.347,00	1.317.793,00

Obs: *D.O do município/Lei Orçamentária Anual. Até 2003 a receita de Cultura era destinada à Secretaria de Educação e Cultura, não às Fundações.

Fontes: CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1999-2009 e RIO DE JANEIRO, 2011.

continuação da página 6

Goytacazes ultrapassam a cifra de um milhão/dia. E com relação a Quissamã, mesmo sendo aquele que, entre os cinco, recebe o menor valor total, o seu diferencial está na distribuição per capita. Por se tratar de um município com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, os valores per capita são significativos. Além do fato de ser, dentre os cinco, aquele que apresenta a menor área urbana. Assim, no que se refere ao setor cultural, os municípios devem ser analisados separadamente, reconhecendo suas especificidades populacionais, históricas, de urbanização e de organização da gestão pública.

Orçamento e gastos com gestão cultural

O setor cultural de Macaé é gerido pela Fundação Macaé de Cultura. Observa-se crescimento dos recursos disponíveis para a Fundação gerir um teatro, uma biblioteca, uma escola de artes (dança, teatro, música), uma galeria de artes e um centro de artesanato. Todos esses equipamentos estão concentrados no prédio da Fundação na área central da cidade. Os distritos contam com pequenas e mal equipadas bibliotecas/videotecas. Nas periferias não foram registrados equipamentos públicos de cultura.

A partir da tabela 2 observa-se que o município só declarou os recursos da Fundação de Cultura em 2002, 2005

e 2006, o que já demonstra negligência com relação aos recursos públicos. Considerando o ano de 2006, o último a ter declarado os recursos da Fundação Macaé de Cultura, observa-se que Macaé não investiu nem 1% do seu orçamento total no setor cultural.

Rio das Ostras também tem o setor cultural gerido por uma Fundação. A Fundação Rio das Ostras de Cultura gere a Casa da Cultura, o Sítio Arqueológico Sambaqui da Tirioba, o Teatro, a Biblioteca, a Fundação Escola de

QUISSAMÃ TEM DESTAQUE PELA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Artes e Ofícios, em bairros centrais e o Centro Ferroviário de Cultura no distrito de Rocha-Leão, com uma mostra de objetos e fotografias da Estrada de Ferro Leopoldina, uma biblioteca e videoteca.

Assim como Macaé, Rio das Ostras não declarou todos os anos o montante dos recursos destinados ao setor cultural. Em 2007 a receita total do município foi de R\$ 359.310.777,01 e o valor investido em cultura foi de R\$5.333.200,48. Verifica-se que este município também não investe nem 1% do seu

orçamento em cultura.

Até 2008 o setor cultural de Quissamã³ era gerido por uma diretoria subordinada ao gabinete do Prefeito. A partir de 2008 foi criada a Fundação Cultural de Quissamã para gerir o Centro Cultural Sobradinho (cinema, escola de artes), o Museu Casa de Quissamã e o Complexo Cultural Machadinha.

Por meio de entrevistas com os gestores do setor cultural nos foi informado que Quissamã investe pouco mais de 4% do seu orçamento total na gestão cultural, o que torna este município um destaque, não só na região, mas no Brasil. Importa destacar que dos municípios analisados este é o único que gere uma sala de cinema no Centro Cultural Machadinha.

Quissamã destaca-se pela valorização do patrimônio histórico e arquitetônico. Nesses dez anos já restaurou prédios dos períodos Colonial e Imperial brasileiros, destacando-se entre esses o Museu Casa de Quissamã, foi a residência do Barão de Araruama, de onde descendem o atual prefeito e seu antecessor e o Complexo Cultural Machadinha.

O questionamento sobre Quissamã não está nos valores, mas na qualidade dos gastos. Estaria Quissamã investindo em cultura ou este um meio para fortalecer a imagem dos descendentes do Barão de Araruama? Esta é uma questão que leva a outro

trabalho.

Cabo Frio tem o setor cultural gerido por uma Secretaria Municipal de Cultura e não foi possível identificar o montante do orçamento municipal destinado a este setor que conta com uma diversidade de equipamentos de cultura: Centro de Cultura Charitas, Casa dos 500 anos de História de Cabo Frio, Biblioteca Pública Municipal, Teatro Municipal, a Oficina-Escola Carlos Scliar e o Centro de Cultura Anderson Giba Bytes, este último localizado em área periférica.

Desde 2003 Campos dos Goytacazes tem o setor cultural gerido por três fundações e apenas em 2011 foi criada uma Secretaria Municipal de Cultura que agrega as três Fundações: a) Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; b) Fundação Cultural Triano e c) Fundação Zumbi dos Palmares. Tendo o ano de 2009 como referência, o orçamento total do município alcançou a casa dos bilhões, com a cifra de R\$1.423.568.588,12. Juntas, as três fundações geriram neste ano o montante de R\$12.220.672,1, ou seja, mais um dos municípios ricos do petróleo que não investe nem 1% do seu orçamento no setor cultural. Mesmo não sendo nem 1%, este valor é significativo.

Mesmo com orçamento largo, em dez anos de recebimento de royalties de petróleo, o setor cultural não ganhou nenhum equipamento

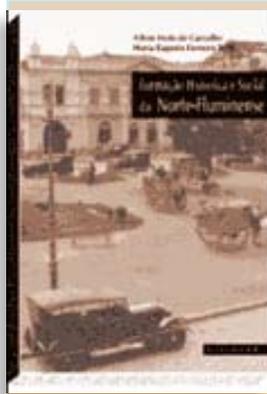
CONTINUA NA PÁGINA 8

FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE

EDITORA GARAMOND

Organizado por Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugênia Ferreira Totti

Com textos de Maria Eugênia Ferreira Totti - Paulo Pedrosa - José Luís Vianna da Cruz - Teresa Peixoto Faria - Érica Tavares da Silva - Paulo Marcelo de Souza - Nivaldo José Ponciano - Romeu Silva Neto - Ailton Mota de Carvalho - Rodrigo Valente Serra - Denise Tavares Terra - Sônia Martins de Almeida Nogueira



novo, o museu de Campos ainda não teve a restauração finalizada e muitos prédios históricos encontram-se em ruínas, como o prédio da Lira Campista, na Praça São Salvador. Não há nenhuma sala de cinema regida com recursos municipais e não há nenhum museu que seja digno de receber exposições nacionais e a biblioteca pública encontra-se deteriorada.

Considerações finais

As considerações finais constituem um debate em aberto com questões que merecem a continuidade de estudos que reflitam sobre os impactos dos royalties no setor cultural desses cinco municípios beneficiados pela legislação que rege a distribuição dos royalties do petróleo no Brasil.

Ao longo de dez anos os valores referentes aos royalties desses municípios aumentaram evidenciando a ausência de restrições orçamentárias. Com isso esperava-se encontrar cidades bem equipadas, com sistema viário em excelentes condições, com espaços públicos bem equipados, arborizados e eventos realizados não apenas nas áreas centrais e nas praias durante o verão ou festivais de inverno. Entretanto, não foi este quadro encontrado.

Dos cinco municípios anali-

sados, o único que demonstra preocupação com os equipamentos públicos de cultura é Quissamã, mas com as ressalvas que já fizemos sobre a produção de uma representação social travestida de cultura. O pior quadro foi encontrado em Campos dos Goytacazes. Mesmo sendo o município brasileiro que mais recebe royalties do petróleo este município não criou nenhum equipamento público de cultura em dez anos, não descentraliza os eventos culturais, permanecendo a realização em áreas centrais. Com os recursos disponíveis e considerando a sua população que consta 463.731 (IBGE, 2011) sendo o município da região Norte Fluminense que possui o maior número de instituições de ensino superior, reconhece-se a demanda para eventos culturais e por uso de equipamentos públicos de cultura, e a expectativa em encontrar um setor cultural melhor estruturado com equipamentos de cultura mais variados – atendendo diferentes expressões culturais - e descentralizados. Os equipamentos públicos de cultura, na sua grande maioria, ainda encontram-se localizados em regiões centrais, restringindo o acesso aos eventos.

Espera-se, com esse estudo, que as gestões municipais dos municípios ricos reflitam sobre suas ações e busquem elaborar políticas

públicas de cultura mais justa e democrática.

ELIS DE ARAÚJO MIRANDA É PROFESSORA ADJUNTO II DO DEPTº DE GEOGRAFIA - PÓLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) (ELIS-MIRANDA10@GMAIL.COM). ELISABETH SOARES ROCHA É MESTRANDA EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. CAMPOS DOS GOYTACAZES (BETHROCHA12@GMAIL.COM).

Referências Bibliográficas

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. LEI N.9478 DE 06 DE AGOSTO DE 1997. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA, 1997. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.JUSBRASIL.COM.BR/LEGISLACAO/104066/LEI-9478-97](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104066/lei-9478-97). ACESSO EM: 02 JAN. 2011.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. 1999 A 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. CENSOS. DISPONÍVEL EM: [WWW.IBGE.GOV.BR](http://www.ibge.gov.br). ACESSO EM: 02 JAN. 2011.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO

DE JANEIRO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.TCE.RJ.GOV.BR/](http://www.tce.rj.gov.br/). ACESSO EM: 02 JANEIRO DE 2011.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). REGIÕES DE GOVERNO: DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MAPA). SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- SEDEIS. [HTTP://WWW.RJ.GOV.BR/WEB/SEDEIS/EXIBECONTEUDO?ARTICLE-ID=233630](http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeconteudo?article-id=233630). ACESSO EM OUTUBRO DE 2010.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. INFO ROYALTIES. CAMPOS DOS GOYTACAZES: PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES, 2004. DISPONÍVEL EM: [WWW.INFOROYALTIES.UCAM-CAMPOS.BR](http://www.inforoyalties.ucam-campos.br). ACESSO EM: 02 JAN. 2011.

Notas

1 - CNPq/UNIVERSAL (2008-2011). PARTICIPANTES: DENISE TERRA (UCAM-CAMPOS) E CLÁUDIO PAIVA (UNESP-ARARAQUARA). BOLSISTAS CNPq/UFF: KAREN MATA E CARLA PONTES, GRADUANDAS EM GEOGRAFIA – PÓLO CAMPOS.

2 - UMA FERRAMENTA ELABORADA PELO GRUPO DE ESTUDOS DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES, DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Cf. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

3 - NÃO FORAM ENCONTRADOS DADOS REFERENTES AOS INVESTIMENTOS EM CULTURA PARA QUISSAMÃ. ACREDITA-SE QUE ISTO SEJA EM FUNÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE UMA SECRETARIA OU FUNDAÇÃO DE CULTURA ATÉ 2009.



ORGANIZADORES

Rosélia Piquet e Rodrigo Serra

AUTORES

Ailton M. de Carvalho
Ana Beatriz Manhães Pinto
Carla Pontes
Denise Terra
Eduardo Rappel
Elzira Oliveira
Érica Tavares da Silva
Gustavo Givisiez
José Gutman

EDITORA

Garamond

José Luis Vianna da Cruz
Leonardo de Carvalho
Maria Eugênia Totti
Mário Jesiel
Robson Grassi
Rodrigo Serra
Rosélia Piquet
Sávio Caçador
Tânia Braga

ARTIGO ANALISA A ATUAÇÃO, DE UMA DÉCADA, DA ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO, A PARTIR DE ESTUDOS DAS ATAS DE REUNIÕES DA ENTIDADE. DOCUMENTOS REVELAM MAIOR DEDICAÇÃO À DEFESA DAS REGRAS ATUAIS DOS REPASSES DOS ROYALTIES E POUCA ATENÇÃO A OUTROS ASPECTOS LIGADOS AOS IMPACTOS DA ATIVIDADE DO PETRÓLEO NA REGIÃO

Artigo

Ompetro: dez anos depois

GENILSON PESSANHA/ ASCOM QUISSAMÃ

MARCELO PEÇANHA SARMENTO

O artigo objetiva discutir o processo de evolução da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás Natural e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – Ompetro, desde seu surgimento até a atualidade.

A partir das Atas da organização são analisadas as mudanças do conteúdo das reuniões,



ENTREVISTA DE PREFEITOS DURANTE POSSE DA OMPETRO EM 2009

ANÁLISE DAS ATAS DAS REUNIÕES DA OMPETRO MOSTRAM O QUE PREFEITOS PRIORIZAM

desde a data de sua criação em 2001 até o presente.

A Ompetro, fundada em 2001, é formada pelos municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casemiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. Em 2006 foi incorporado o município de Niterói e recentemente Arraial do Cabo. Pela listagem acima se vê que essa organização inclui alguns municípios das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas e exclui outros dessas regiões. Esses municípios estão entre os maiores beneficiários do país das rendas petrolíferas, o que passou a ocorrer especialmente após a quebra do monopólio da Petrobras na exploração e produção de petróleo e gás. (Lei 9.478 de 06/08/1997).

Há uma elevada dependên-

cia das rendas petrolíferas na maioria dos municípios da Ompetro, chegando essas a contribuir, em alguns casos, com mais de 50% de toda arrecadação municipal, o que acarreta riscos potenciais para a manutenção da saúde financeira e patrimonial dos municípios, que pode ser seriamente abalada por fatores alheios à gestão, como por exemplo, mudanças na legislação que estabelece a distribuição das receitas entre os diferentes atores e entes federativos, como as que estão hoje em discussão no Congresso Nacional (NAZARETH, 2011).

Os inúmeros questionamentos e propostas para modificação da legislação vigente quanto aos seus critérios de rateio e tentativas de redistribuição foram e são elaboradas, trazendo algumas incertezas quanto ao futuro das finanças desses municípios¹ o que leva a organização a funcionar como um lobby em defesa dos interesses dos municípios produtores de petróleo, tendo como objetivo a defesa da manutenção dos critérios já

estabelecidos quanto às atuais regras de rateio, buscando impedir qualquer atuação dos demais municípios brasileiros no sentido da redistribuição das rendas petrolíferas. É neste sentido que tanto Serra, Terra e Pontes (2006) como Piquet (2003) apontam a defesa do direito aos royalties como parte fundamental da criação da Ompetro.

As modificações na organização

A partir da análise das Atas das reuniões da Ompetro é possível estabelecer dois períodos distintos da organização. O primeiro é o que compreende os dois primeiros mandatos que vão de 2001-2002 e 2003-2005 e o segundo, que vai do ano de 2005 até 2010, abrangendo três mandatos 2005-2006, 2007-2009, 2009-2010. Esses períodos serão a seguir analisados.

No primeiro período eram constantes os temas relacionados ao desenvolvimento da região e, apesar de haver preocupação com o aumento

e manutenção das rendas petrolíferas, esse não era o tema central da organização, ao menos pelo que constam nas atas.

A organização buscava meios para o desenvolvimento da região e atuava no sentido de defender os interesses dos municípios membros. Realizava acompanhamentos técnicos e trabalhava as questões tributárias e dos pagamentos das

PROPOSTA INICIAL DE CRIAR UM FUNDO COMUM ENTRE MUNICÍPIOS NÃO FOI ADIANTE

rendas petrolíferas, procurava ampliar o relacionamento dos municípios associados defendendo interesses mútuos e, na tentativa de buscar novos empreendimentos, buscava uma aproximação e diálogo com o setor petrolífero, em especial com a Agência Nacional de Petróleo - ANP e a Petrobras. Uma das propostas iniciais da Ompetro foi a criação de um fundo de desenvolvimento regional a partir das rendas petrolíferas, porém alguns fatores contribuíram para o fracasso dessa tentativa. Um deles é o fato de que essas receitas seriam incorporadas ao caixa único dos municípios, sem a exigência ex post quanto a sua utilização.

Outro fator é a competição intermunicipal, com o surgimento de Fundos Municipais de Desenvolvimento, sustentados pelos recursos provenientes

das participações governamentais.

É necessário destacar que, apesar dos temas centrais estarem relacionados ao desenvolvimento da região ou à instalação de novos empreendimentos, já aparecia em algumas reuniões a preocupação com uma possível redistribuição

POSSIBILIDADE DE REDISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES GANHA DESTAQUE NAS REUNIÕES

das rendas petrolíferas. Apesar da preocupação, os municípios não adotavam atitudes concretas a esse respeito, que é justamente o que vai diferenciar esse primeiro período do segundo.

No segundo período nota-se uma mudança de postura da organização. Já no ano de 2005, quando as propostas de Emendas Constitucionais a respeito da redistribuição dos royalties do petróleo começaram a ganhar maiores proporções, os municípios membros da Ompetro se articulam e vão a Brasília se reunir com os deputados federais para tentar retirar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da pauta de votação. Aliado a isso um dos membros sugeriu que a Ompetro convocasse todos os municípios produtores de pe-

tróleo do país para reunirem-se e formar uma federação que pudesse representá-los nacionalmente².

A partir do segundo período o foco da organização passa a ser a luta pela manutenção das rendas petrolíferas. Um de seus membros na reunião de 03/04/2007 ressalta a importância da organização na defesa dos municípios produtores da Bacia de Campos e aponta que “não se pode ceder às pressões dos municípios brasileiros que pedem a redivisão dos repasses dos royalties” (OMPETRO, 2010: 49).

Essa tendência se acentua quando em março de 2010 é aprovado o Projeto de Lei Federal nº 5.938/092 que incorpora a Emenda nº 387/09 – Emenda Ibsen Pinheiro, propondo a criação de um Fundo Especial para distribuir de forma igualitária entre todos os estados e municípios brasileiros os valores das participações governamentais, atuais e futuros, da exploração e produção de petróleo, seguindo os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. A organização passa a tentar um canal direto com Brasília na Câmara de Deputados, no Senado, nos ministérios e na Presidência da República.

O receio da perda das rendas petrolíferas leva os membros a proporem a judicialização da questão com a entrada de Mandado de Segurança junto ao Supremo Tribunal Federal,

alegando inconstitucionalidade na mudança das regras atuais de rateio dos royalties.

O discurso é o de que “O Estado do Rio de Janeiro não pode perder o mesmo tratamento que já possui” (OMPETRO, 2010: 64) e apesar de reconhecerem a grande oposição que enfrentariam, argumentam que “(...) essa não deve ser uma luta de maioria versus minoria, e sim que se deve ter bom senso, pois royalties do petróleo não é privilégio, é compensação” (OMPETRO, 2010: 64). Um dos membros ao discursar sobre a situação relata que “(...) estamos sendo agredidos, embora não tenhamos culpa do petróleo ser nosso, que o caminho da diplomacia já foi trilhado, que esta é uma questão social e que estamos lutando pelos nossos direitos” (OMPETRO, 2010: 62).

Os membros da Ompetro se articulam e na escala regional buscam criar uma representatividade, mesmo que forjada, de que defendem os interesses dos municípios interioranos do Estado do Rio de Janeiro, alegando que uma redistribuição das rendas petrolíferas levaria à falência vários municípios, em especial os de menor porte. Nessa escala a ação dos municípios membros se dá através de manifestações públicas, movimentos com participação popular, como o “Justiça para quem produz” e de publicações em jornais de circulação local e regional sobre as reivindicações da

organização. Na escala estadual a organização passa a pressionar os deputados estaduais e o Governador para que atendam as suas aspirações e busquem apoio de políticos de outros estados. Na escala nacional, a forma de ação é através de um diálogo direto com a Agência Nacional de

ORGANIZAÇÃO NÃO TEM CARÁTER EXECUTIVO E NÃO TEM COMO IR ALÉM DAS PROPOSTAS

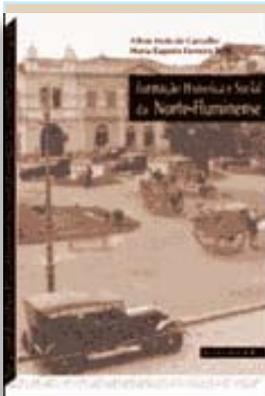
Petróleo, com deputados federais e senadores, ministros e até com a Presidência da República³, pressionando e tentando evitar mudanças no marco regulatório que possam impactar negativamente no recebimento das rendas petrolíferas por parte dos estados e municípios produtores.

Considerações Finais

A Ompetro funciona como uma arena de discussão horizontal entre os municípios produtores da Bacia de Campos. Porém, como não tem poder de execução, permanece apenas no plano das propostas, pois na prática cada município toma as medidas que considerava necessárias.

Os municípios da Ompetro forjam uma identidade regional

CONTINUA NA PÁGINA 11



FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE

EDITORA GARAMOND

Organizado por Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugênia Ferreira Totti

Com textos de Maria Eugênia Ferreira Totti - Paulo Pedrosa - José Luís Vianna da Cruz - Teresa Peixoto Faria - Érica Tavares da Silva - Paulo Marcelo de Souza - Nivaldo José Ponciano - Romeu Silva Neto - Ailton Mota de Carvalho - Rodrigo Valente Serra - Denise Tavares Terra - Sônia Martins de Almeida Nogueira

buscando garantir o recebimento daquilo que consideram ter “direito”. Apesar de terem estruturas econômica, social, cultural e demográfica diversificadas, encontram na dependência das rendas petrolíferas o seu ponto de unidade e na luta pela manutenção, a sua forma de ação política.

As descobertas na camada de pré-sal reacenderam o debate com propostas de mudanças nas atuais regras de rateio dos royalties e quanto à utilização dessas receitas, o que fez a Ompetro mudar a sua postura e se articular para tentar impedir através do lobby quaisquer alterações atuais regras de rateio.

Considerando a forte dependência das rendas petrolíferas apresentada pelos municípios da Ompetro, seria importante que as questões/problemas regionais fossem colocados em pauta na organização, visando à construção de alternativas além da economia do petróleo. Os próprios recursos oriundos das rendas petrolíferas poderiam, por exemplo, constituir fundos de desenvolvimento com esse objetivo, seja para fortalecer os arranjos produtivos locais ou promover a atração de outros investimen-

tos de forma a reduzir gradativamente o enorme grau de dependência dessas receitas que são, por definição, incertas. Esses fundos poderiam ser implantados e geridos pelos municípios isoladamente, como já existem em alguns casos, o que não é o ideal por incentivar a competição e a guerra dos lugares, já apontado por Barral Neto e outros. (2008). Contudo, a Ompetro sendo uma organização que representa os principais municípios beneficiários das rendas petrolíferas e que promove o encontro de seus prefeitos em torno de interesses comuns poderia assumir a função de fórum regional de desenvolvimento, discutindo estratégias e buscando alternativas.

Com relação ao uso dos recursos provenientes das rendas petrolíferas, concordamos com Nazareth (2011), pois essas receitas são originárias de recursos escassos, portanto, é necessário que sejam canalizadas para investimentos que resultem em maior desenvolvimento no futuro, de modo a assegurar a necessária e desejável justiça intergeracional.

Essa organização, entretanto, vem atuando única e exclusiva-

mente por meio de lobbies no Congresso Nacional, na defesa das rendas petrolíferas. O que importa para a Ompetro não é pensar conjuntamente a aplicação desses recursos, mas, sim, garantir o direito de acesso e de uso aos municípios produtores de petróleo e gás.

MARCELO PEÇANHA SARMENTO É GRADUADO EM GEOGRAFIA, MESTRANDO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UCAM E PROFESSOR DE GEOGRAFIA DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (MARCELO _ PECANHA23@HOTMAIL.COM).

Referências Bibliográficas

BARRAL NETO ET AL. O PETRÓLEO COMO GRANDE FINANCIADOR DA “GUERRA DE LUGARES”: O CASO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS – RJ. IN: CADERNOS IPPUR/UFRJ, v. 22, n. 2 AGO./DEZ. 2008.

NAZARETH, PAULA. MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PROSPERIDADE EM PERSPECTIVA OU RISCOS À FRENTE? IN: URANI, A. E GIAMBIAGI, F. RIO; A HORA DA VIRADA. RIO DE JANEIRO. ELSEVIER, 2011.

OMPETRO. ATAS DAS REUNIÕES DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E LÍMITROFES DA BACIA DE CAMPOS – 2000-2010, 2010.

PIQUET, ROSÉLIA. DA CANA AO PETRÓLEO: UMA REGIÃO EM MUDANÇA. IN: PIQUET, ROSÉLIA (ORG.). PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, P. 219-237, 2003.

SERRA, RODRIGO; TERRA, DENISE & PONTES, CARLA. ROYALTIES: AMEAÇAS ÀS ATUAIS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO. IN: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA. RIO DE JANEIRO, 2006.

Notas

1 - VER SERRA, TERRA E PONTES (2006); NAZARETH (2011).

2 - DIANTE DAS PERSPECTIVAS DE REDISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO, A ORGANIZAÇÃO PASSA A CONVIDAR PREFEITOS DA ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL (ZPP) E DA ZONA DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIA (ZPS) DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, SÃO PAULO E PARTE DO RIO DE JANEIRO PARA FAZEREM PARTE DA OMPETRO. O OBJETIVO DESSES CONVITES SERIA FORTALECER A ORGANIZAÇÃO NO CENÁRIO DAS DISCUSSÕES.

3 - O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA SANCIONOU EM 22/12/2010 O PROJETO DE LEI 8051 QUE DEFINE NOVAS REGRAS PARA A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA CAMADA DO PRÉ-SAL. ELE VETOU O ARTIGO QUE DETERMINAVA A DIVISÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO ENTRE TODOS OS ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS. COM A ALTERAÇÃO, LULA ENCAMINHOU AO CONGRESSO UM PROJETO DE LEI QUE GARANTE UMA PARCELA MAIOR DE RECURSOS AOS ESTADOS PRODUTORES DE PETRÓLEO E ATÉ HOJE NÃO HÁ DECISÃO.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NO BPR&R

O Boletim Petróleo, Royalties & Regiões aceita colaborações em forma de artigos de pesquisadores das áreas cobertas pela publicação, com ênfase em desenvolvimento regional, petróleo e outros minerais, royalties e participações e legislação tributária.

Os artigos são avaliados pela coordenação do Boletim e, eventualmente, por pesquisadores convidados.

As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são as seguintes:

- Os artigos devem conter apenas título, corpo, notas, bibliografia e uma minibiografia institucional do autor (não sendo necessários resumos e abstracts).
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 13 mil caracteres com espaços (incluindo notas e bibliografia).

- A bibliografia deve se limitar ao mínimo necessário e conter apenas obras citadas no artigo.
- Notas devem ser colocadas, juntas, ao final do texto.
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em jpg, com resolução mínima de 96 dpi.
- Tabelas podem ser enviadas em forma de imagem (jpg), em excel ou word.
- Os autores aceitam, tacitamente, eventuais edições necessárias para adequação ao espaço do boletim e ao seu padrão editorial.

O envio dos artigos pode ser feito para o e-mail: boletim@ucam-campos.br

Petróleo, Royalties & Região
ISSN 1980-6310

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320
telefax:(0xx22) 2726 2406)

Ano IX, Nº 33 - SETEMBRO | 2011

Coordenação: Denise Cunha Tavares Terra e Thiago Muniz
Editor e Jornalista Responsável: Vitor Menezes (MTB 21374)
Bolsistas: Wagner Rosado (UCAM) e Willian Silva de Oliveira (Faperj)